

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRA CREF2/RS Nº 2017/000014
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 2017/000011
EXCLUSIVO PARA ME's E EPP's**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL

O Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região – CREF2/RS, Autarquia Federal com sede à Rua Coronel Genuíno nº 421 conjunto 401 em Porto Alegre/RS, mediante a Pregoeira designada pela Portaria 2017/000377, de 02 de março de 2017, leva ao conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica à modalidade Pregão – Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e suas alterações, bem como condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DIA: 03/05/2017

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h30min

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 09h45min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto contratação de serviços especializados de seguro predial total dos 03 (três) imóveis das sedes do CREF2/RS, na cidade de Porto Alegre - RS, conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.2 Constituem Anexos deste Edital e dele fazem parte integrante:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Modelo de Declaração de Vistoria;

Anexo III: Modelo de Carta Proposta;

Anexo IV: Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos;

Anexo V: Modelo de declaração de trabalho de menor;

Anexo VI: Modelo de declaração de parentesco;

Anexo VII: Modelo de declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VIII: Minuta de Contrato

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Licitações-E e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 4.022,00 (quatro mil e vinte e dois reais), conforme orçamento constante do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

2.2 A despesa decorrente deste pregão correrá à conta dos recursos específicos 6.2.2.1.01.01.068 SEGURO DE BENS MÓVEIS.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Somente poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas interessadas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, contidas neste Edital e em seus Anexos.

3.2 Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para o acesso ao sistema eletrônico, obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

3.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CREF2/RS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 A licitante deverá comunicar imediatamente ao órgão provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.6 Não poderão participar deste Pregão:

3.6.1 Empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

3.6.2 Empresa cujo Estatuto ou Contrato Social não inclua o objeto deste Pregão;

3.6.3 Autor do projeto, básico ou executivo;

3.6.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.6.5 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.6.6 Empresas estrangeiras;

3.6.7 Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

3.6.8 Empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou empregado em exercício no CREF2/RS e no Sistema CONFEF/CREFs, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, dos respectivos membros e empregados do CREF2/RS, bem como empregados a serem utilizados na prestação dos serviços que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou empregados do CREF2/RS;

3.6.9 Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, na forma definida no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como tenham sido suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos (inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93), excetuando-se as análises de casos concretos levados à apreciação do Poder Judiciário.

4. DA VISTORIA

4.1 A licitante poderá vistoriar os bens a serem segurados até o segundo dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições, mediante prévio agendamento de horário junto ao Departamento Administrativo do CREF2/RS, pelo telefone (51) 3288-0229, em dias úteis, no horário das 10 às 17 horas.

4.2 A vistoria será acompanhada por representante do CREF2/RS, designado para esse fim, o qual visará a declaração comprobatória da vistoria efetuada, que deverá ter sido previamente elaborada pela licitante em conformidade com o modelo constante no Anexo II deste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços das 08hrs do dia 20/04/2017 às 09h29min do dia 03/05/2017, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (art. 13, II e VI do Decreto nº 5.450/05).

5.2 Por ocasião de envio da proposta, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para poder participar do certame, exclusivo para microempresas ou empresas de pequeno porte.

5.2.1. A ausência de declaração, naquele momento, impossibilitará a participação neste Pregão, visto que o mesmo é exclusivo para participação de empresas desta natureza.

5.3 A proposta de Preços deverá conter:

- a) prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- b) declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;
- c) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 16 de setembro de 2009;
- d) composição de preços expressa em algarismos e por extenso, conforme especificações e condições deste edital e seus anexos;
- e) a razão social, o CNPJ, colocando o número deste edital, dia e hora de abertura, endereço completo, o número do telefone, fac-símile, e-mail; bem como o número de conta corrente, o nome do Banco e agência onde deseja receber seus créditos;
- f) apresentar quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes.

5.4 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.5 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.6 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.7 A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as condições previstas neste Edital (art.21 § 2º do Decreto 5.450/05).

5.8 As declarações falsas sujeitam os licitantes às sanções previstas no Decreto 5.450/05.

5.9 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.licitacoes-e.com.br.

6.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.1.1 A desclassificação de propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, podendo ser acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

7.1.2 Nesta etapa, as propostas apresentadas com valores superiores aos constantes do Anexo I, Termo de Referência deste Edital, não serão objetos de desclassificação.

7.1.3 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

7.2 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.3 Caso não sejam apresentadas propostas, será encerrada a sessão, considerando-se a licitação deserta. Aplicar-se-á o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2 Os lances serão no valor total global do serviço.

8.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.4 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar. Caso o sistema Licitações-e recepcione lances iguais, estes serão ordenados pela ordem de registo no sistema, considerando-se o melhor colocado aquele que for registrado em primeiro lugar.

8.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.7 Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.8 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.9 No caso da desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.licitacoes-e.com.br.

8.10 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Pregoeira. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9. CRITÉRIO DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS

9.1 Finalizada a etapa competitiva, caso não seja realizado lance e mantenha-se empate verificado na classificação das propostas, a licitante arrematante será a que primeiro tiver lançado sua proposta no Licitações-E.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1 Após o encerramento da fase de lances, a Pregoeira poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

10.2 A negociação poderá ser acompanhada através do sistema eletrônico pelas demais licitantes.

10.3 Somente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor ou da aplicação do artigo 45 da Lei complementar nº123/2006, será conhecido o detentor do menor lance válido para o item.

11. DA CARTA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a carta proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo III – Modelo de Carta Proposta, e os documentos habilitatórios, no prazo de 2 (duas) horas, contado do encerramento da sessão pública, por meio do sistema eletrônico ou do endereço eletrônico andrea.araujo@crefrs.org.br.

11.2 Os originais deverão ser encaminhados, impreterivelmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, para o CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – PREGOEIRA ANDRÉIA – Rua Coronel Genuíno, nº 421, conjunto 401 – Centro Histórico – Porto Alegre/RS – CEP 90.010-350.

11.2.1 Os documentos que não forem originais deverão ser enviados em cópias devidamente autenticadas.

11.3 A Pregoeira examinará a carta proposta quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e quanto à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.4 A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CREF2/RS ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.5 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou a totalidade de remuneração.

11.6 Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados no Anexo I, Termo de Referência deste Edital, ou com preços manifestamente inexequíveis, na forma definida pelo artigo 48 da Lei nº 8.666/93, preços baseados em cotações de outros licitantes ou, ainda, que desatendam a quaisquer das exigências contidas no presente Edital.

11.7 A Carta Proposta deve discriminar pormenorizadamente o produto/serviço cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica do mesmo, nos termos do Anexo I – Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

11.8 A habilitação da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar consiste na verificação de sua regularidade fiscal, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, que poderá ser efetuada junto ao Sicaf ou junto ao CREF2/RS.

11.9 Habilitação por meio do Sicaf:

11.9.1 A licitante que optar pela habilitação por meio do Sicaf, registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal, deverá atender às seguintes exigências:

- a) Satisfazer os requisitos relativos à fase inicial de habilitação preliminar que se processará junto ao Sicaf;
- b) Atender às condições exigidas para cadastramento no Sicaf, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- c) Estar cadastrado para a linha de fornecimento compatível com o objeto licitado;
- d) Apresentar, no Sicaf, todos os índices relativos à situação financeira maiores que 1,0 (um). As empresas que apresentarem qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverão comprovar possuir patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação será feita mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

11.10 À licitante cuja documentação relativa à regularidade fiscal e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida, será facultada a apresentação da documentação atualizada à Pregoeira na forma do item 11.2 deste Edital.

11.11 Habilitação junto ao CREF2/RS:

11.11.1 A licitante que optar pela habilitação junto ao CREF2/RS deverá apresentar os seguintes documentos:

11.11.1.1 Habilitação Jurídica:

- a) Documento de identificação com foto do responsável pelas assinaturas da carta-proposta e das declarações constantes nos anexos deste Edital. Caso o mesmo não seja responsável legal pela empresa licitante, apresentar procuração conferindo poderes para praticar atos junto à Administração Pública;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- e) Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública;
- f) No caso de Microempreendedor Individual, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa;
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- i) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- j) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

11.11.1.2 Qualificação econômico-financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor, acompanhado do demonstrativo das contas de lucros e prejuízos que comprovem possuir a licitante boa situação financeira.

a.1) A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior do que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

a.2) as empresas que apresentarem qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverão comprovar possuir patrimônio líquido 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação será feita mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

11.12 Em qualquer situação (habilitação por Sicaf ou junto ao CREF2/RS), a licitante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Certidão negativa de pedido de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca judicial da sede da licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para a abertura da sessão;

b) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação por meio da apresentação de atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica. Os atestados deverão conter:

c.1) nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax);

c.2) local e data de emissão;

c.3) nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

c.4) comprovação de capacidade de fornecimento do objeto nos termos do Anexo I deste Edital;

c.5) data do fornecimento;

d) Declarações assinadas por Diretor ou Representante Legal da Empresa, devidamente identificada por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado, sem rasuras entrelinhas ou emendas, que contemple:

d.1) Declaração de fatos impeditivos (na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93), conforme Anexo IV;

d.2) Declaração de que não emprega menor (na forma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e Anexo A do Decreto nº 4.358/02), conforme Anexo V;

d.3) Declaração de parentesco, conforme Anexo VI;

d.4) Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme Anexo VII.

11.13 A não apresentação dos documentos exigidos neste capítulo implicará desclassificação da proposta e a aplicação das penalidades previstas no capítulo 15 do Edital - Sanções Administrativas.

11.14 As licitantes que alegarem estar desobrigadas da apresentação de qualquer um dos documentos exigidos na fase habilitatória deverão comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, apresentados na forma indicada no item anterior.

11.15 Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital. Também nessa etapa a Pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor, nos termos do Capítulo 10 deste Edital.

11.17 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

11.18 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

11.19 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

12. DO RECURSO

- 12.1 Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 12.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do *caput*, importará na decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.3 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 12.5 Não serão recebidas razões e contrarrazões apresentados fora do prazo legal, enviadas por outro meio que não seja o sistema Licitações-E e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente.
- 12.6 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 12.7 Caberá à Pregoeira receber, examinar e decidir os recursos interpostos contra suas decisões e, quando for o caso, encaminhá-los à Autoridade Competente, para a decisão final.
- 12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do CREF2/RS – Rua Coronel Genuíno nº 421 conjunto 401 em Porto Alegre/RS.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor preço e devidamente habilitada será declarada vencedora e o objeto será adjudicado.
- 13.2 O objeto deste Pregão será adjudicado pela Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.
- 13.4 A homologação deste Pregão compete à Presidente do CREF2/RS.

14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 14.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2 As questões relativas à contratação, como obrigações das partes, fiscalização, pagamento, reajustes, acréscimos e decréscimos e sanções contratuais, bem como as normas relativas à apólice, constam do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 14.3 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CREF2/RS.
- 14.4 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

14.5 Quando a licitante convocada não comparecer e assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para fazê-lo, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A licitante será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União e sendo descredenciada no Sicaf e no cadastro de fornecedores do CREF2/RS, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Fraude fiscal;
- b) Apresentação de documento falso;
- c) Emissão de declaração falsa;
- d) Comportamento inidôneo;
- e) Não assinatura do contrato no prazo estabelecido;
- f) Não entrega de documentação exigida no certame;
- g) Não manutenção da proposta.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico andrea.raujo@crefrs.org.br, até as 17 horas, no horário oficial de Brasília-DF, com o assunto "LICITAÇÃO SEGURO".

16.2 A original da impugnação deverá ser enviada ao CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICITAÇÃO SEGURO - Rua Coronel Genuíno 421 conjunto 401 – Centro Histórico – Porto Alegre/RS – CEP 90.010-350, dirigida à Pregoeira, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.3 A Pregoeira, auxiliado pela Equipe de Apoio e pelo Departamento Técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.4 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.5 A formalização de consultas referentes ao procedimento licitatório deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail andrea.raujo@crefrs.org.br, endereçadas à Pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sendo respondidas diretamente ao questionante e publicadas, juntamente com a resposta, no site do CREF2/RS (www.crefrs.org.br).

16.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site do CREF2/RS.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

17.2 É facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17.3 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

17.4 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

17.5 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

17.6 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do CREF2/RS, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

17.7 Todas as referências de tempo do edital observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.8 A contagem de todos os prazos atenderá o disposto no artigo 110 da Lei 8.666/1993.

17.9 Os casos não previstos neste edital serão decididos pela Pregoeira.

18. DO FORO

18.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Alegre, 19 de abril de 2017.

Andréia Zucheto Araujo
Pregoeira

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços especializados de seguro predial total dos 03 (três) imóveis das sedes do CREF2/RS, na cidade de Porto Alegre - RS.

1.2 As 03 (três) sedes localizam-se nos seguintes endereços:

1.2.1 SEDE 01 – Rua Coronel Genuíno, nº 421, conjunto 401, bairro Centro, Porto Alegre - RS, CEP 90010-350;

1.2.2 SEDE 02 – Rua José do Patrocínio, nº 721, conjunto 404, bairro Centro, Porto Alegre - RS, CEP 90050-003;

1.2.3 SEDE 03 – Rua Luzitana, nº 933, bairro Higienópolis, Porto Alegre - RS, CEP 90520-080.

1.3 O seguro de cada uma das sedes deverá cobrir as seguintes situações:

1.3.1 SEDE 01:

- Incêndio, raio, explosão ... R\$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil reais)
- Danos elétricos ... R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)
- Vidros/anúncios/letreiros/antenas/espelhos/mármoreos ... R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
- Responsabilidade civil operações ... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Roubo e/ou furto qualificado de bens ... R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
- Despesas e/ou perda de aluguel ... R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
- Despesas com recomposição de registros e documentos ... R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
- Despesas fixas básicas... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

1.3.2 SEDE 02:

- Incêndio, raio, explosão ... R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Responsabilidade civil operações ... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Despesas e/ou perda de aluguel ... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Despesas com recomposição de registros e documentos ... R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

1.3.3 SEDE 03:

- Incêndio, raio, explosão ... R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
- Responsabilidade civil operações ... R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
- Responsabilidade civil empregador ... R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
- Vendaval, fumaça... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Despesas e/ou perda de aluguel ... R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
- Despesas com recomposição de registros e documentos ... R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação dos serviços aqui descritos se justifica diante da necessidade de a Administração prevenir-se contra eventuais danos causados por sinistros, cujos prejuízos possam causar enorme dispêndio ao erário.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1 A despesa estimada para a execução do objeto é de R\$ 4.022,00 (quatro mil e vinte e dois reais),

4. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Elementos de despesas: 6.2.2.1.01.01.068 SEGURO DE BENS MÓVEIS

5. DA VISTORIA

5.1 A licitante poderá vistoriar os bens a serem segurados até o segundo dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições, mediante prévio agendamento de horário junto ao Departamento Administrativo do CREF2/RS, pelo telefone (51) 3288-0229, em dias úteis, no horário das 10 às 17 horas.

5.2 A vistoria será acompanhada por representante do CREF2/RS, designado para esse fim, o qual visará a declaração comprobatória da vistoria efetuada, que deverá ter sido previamente elaborada pela licitante em conformidade com o modelo constante no Anexo II deste Edital.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. A apólice de seguro terá duração de 12 (doze) meses, nela devendo constar a data e horário do início e término de sua vigência.

6.1.1 - De acordo com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, o prazo previsto neste item poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses.

6.1.2 - Em caso de prorrogação do seguro, desde que acordado entre as partes, a manifestação deverá ser por escrito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data do término de cada período de 12 (doze) meses.

7. DOS REAJUSTES

7.1 Em caso de reajuste, este terá como índice o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo como referência a data de início de vigência da Apólice, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

8. FORMA DE EXECUÇÃO

8.1 O objeto será executado diretamente pela CONTRATADA, de forma que todos os imóveis descritos no item 1.2 recebam a cobertura securitária prevista para sinistros decorrentes dos eventos previstos no item 1.3.

9. DA APÓLICE

9.1 A apólice de seguro deverá conter:

a) A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo os conteúdos, cujos valores constam do item 1.3 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

b) O valor do prêmio total.

- c) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado.
- d) O valor da franquia.

10. DOS ENCARGOS DAS PARTES

10.1 As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A CONTRATADA deve:

10.2.1 Cumprir com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

10.2.2 Cumprir com todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

10.2.3 Cumprir com todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

10.2.4 Cumprir com todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

10.2.5 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nos itens anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

10.2.6 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do objeto.

10.2.7 Manter, durante execução do objeto, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CREF2/RS a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.2.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da Apólice;

10.2.9 Emitir Apólice com base nas informações do CONTRATANTE e entregá-la contendo todos os dados do serviço contratado, em até 20 (vinte) dias, a contar da assinatura do Contrato.

10.2.10 Cobrir os riscos derivados de incêndios, quedas de raios e suas consequências, explosão, danos elétricos e vendaval e demais riscos descritos no item 1.3;

10.2.11 Disponibilizar para o CONTRATANTE todos os meios de contato existentes, como nome da pessoa para contato, endereço, e-mail e telefone;

10.2.12 Prestar atendimento imediato no caso do sinistro;

10.2.13 Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro;

10.2.14 Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato (Apólice) dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do aviso de sinistro;

10.2.15 Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

10.2.16 Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;

10.2.17 Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais ao CONTRATANTE.

10.2.18 Responder pelos danos causados diretamente ao CREF2/RS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos serviços/produtos.

10.2.19 Fornecer o objeto conforme as especificações dispostas neste termo de Referência, sob pena de ser considerado incorreto.

10.2.20 Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, contado da solicitação do CREF2/RS, os serviços/produtos em que se verificarem incorreções.

10.2.21 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao CREF2/RS provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

10.3 São expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.3.1 A veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização do CREF2/RS.

10.3.2 A subcontratação para a execução do objeto.

10.3.3 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CREF2/RS, ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, durante o período de fornecimento.

10.4 Ao CREF2/RS cabem os deveres de:

10.4.1 Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do contrato, inclusive permitir o livre acesso dos responsáveis da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, desde que devidamente credenciados e identificados.

10.4.2 Informar precisamente os dados para a emissão da apólice.

10.4.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

10.4.4 Nomear fiscal para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do objeto, atestando a execução do objeto do presente ajuste.

10.4.5 Aplicar as penalidades por descumprimento do contrato, caso ocorra.

10.4.6 Comunicar o sinistro à CONTRATADA dentro do prazo máximo de 24 horas.

10.4.7 Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro que a CONTRATADA julgar necessárias.

10.4.8 Registrar o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência para a Contratada.

10.4.9 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.

10.4.10 Solicitar o reparo ou a correção dos serviços em que se verificarem vícios ou incorreções.

10.4.11 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade verificada no fornecimento.

10.4.12 Efetuar o pagamento de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Contrato, após o recebimento definitivo do objeto e a apresentação da documentação exigida no ato convocatório.

11. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 A execução das obrigações contratuais integrantes desta licitação será fiscalizada pelo Fiscal/Gestor do Contrato, com autoridade para exercer, como representante do CREF2/RS, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

11.2 A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

11.3 O fiscal/gestor do contrato será designado pelo CREF2/RS via Portaria, e terá as seguintes atribuições:

11.4 Solicitar à Administração, a emissão de nota de empenho para efetivar a contratação;

11.5 Fiscalizar a execução do contrato, objetivando garantir a qualidade desejada;

11.6 Aplicar penalidades, por descumprimento de cláusula contratual;

11.7 Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

11.8 Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

11.9 Atestar e encaminhar notas fiscais ao setor competente para autorizar pagamentos.

12. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

12.1 A CONTRATADA enviará à CONTRATANTE a nota fiscal, contendo a discriminação dos valores dos impostos e contribuições a serem retidos, bem como documento bancário (ficha de compensação ou conta para depósito) contendo o preço a ser pago pelo serviço, sem acréscimo da taxa de cobrança bancária, com vencimento para 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.3 A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

12.4 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.5 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

13. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 011/2017 constantes do processo PAC 2017/000014, bem como à proposta da contratada.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentação de documentação falsa.
- b) Retardamento da execução do objeto.
- c) Falha na execução do Contrato.
- d) Fraude na execução do Contrato.
- e) Comportamento inidôneo.
- f) Declaração falsa.
- g) Fraude fiscal.

14.2 Para os fins do item “e”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

14.3 Para condutas descritas nos itens “a”, “d”, “e”, “f” e “g” serão aplicadas multa de no máximo 30% do valor do empenho.

14.4 Para os fins dos itens b e c será aplicada multa nas seguintes condições:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do empenho por dia de atraso na entrega, até no máximo de 15% (quinze por cento), o que configurará a inexecução total do Contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

a.1) caso o atraso previsto no item 14.4.1 seja motivado pela entrega de produtos em desconformidade com as especificações deste Edital ou com a amostra aprovada, somar-se-á àquela multa o valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do empenho.

b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial do Contrato ou de descumprimento de obrigação contratual.

c) 30% (trinta por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total do Contrato.

14.5 Após o trigésimo dia de atraso, o CREF2/RS poderá rescindir a aquisição, caracterizando-se a inexecução total do objeto.

14.6 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

14.7 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CREF2/RS, a CONTRATADA será encaminhada para inscrição em dívida ativa.



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA
(preenchida em papel timbrado da proponente)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 011/2017

_____, inscrito(a) no CNPJ nº _____, por intermédio de seu(a) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA que compareceu perante o CREF2/RS e vistoriou os bens a serem segurados, objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e graus de dificuldades existentes.

Local e data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Visto:

Responsável CREF2/RS

ANEXO III – MODELO DE CARTA PROPOSTA

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2017

(preenchida em papel timbrado da proponente)

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/Fax:

Nome do Representante Legal:

Identidade do Representante Legal:

CPF do Representante Legal:

PROPOSTA

Valor: R\$

Prazo de Validade da Proposta: 60 dias;

DECLARO que serão atendidas todas as condições estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 00/2017;

DECLARO que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

DECLARO que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Local e data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(preenchida em papel timbrado da proponente)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 011/2017

_____, inscrito(a) no CNPJ nº _____, por intermédio de seu(a) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar fatos supervenientes.

Local e data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

(preenchida em papel timbrado da proponente)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 011/2017

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(preenchida em papel timbrado da proponente)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 011/2017

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF no _____, DECLARA, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região, pelo Pregão Eletrônico nº 00X/2017, que nos seus quadros inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou funcionário em exercício no Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região e Conselho Federal de Educação Física, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, dos respectivos membros e funcionário em exercício no Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região e Conselho Federal de Educação Física, bem como empregados a serem utilizados na prestação dos serviços que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou funcionário em exercício no Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região e Conselho Federal de Educação Física.

Local e data

Assinatura do Proprietário, Dirigentes ou Sócios, conforme o caso.
(Carteira de Identidade nº)

ATENÇÃO: A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVE SER FIRMADA PELO PROPRIETÁRIO OU DIRIGENTES DA EMPRESA, CONFORME O CASO.

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(preenchida em papel timbrado da proponente)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 011/2017

nº _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF no _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 00X/2017, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, estando apta a participar do Pregão acima informado.

DECLARA, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

Nome e identificação do declarante

OBS.: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal da licitante.

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 011/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CREF2/RS E A EMPRESA _____, TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL.

O **CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL**, neste ato denominado CONTRATANTE, inscrito no CNPJ Nº 03.566.870/0001-10, com sede à Rua Coronel Genuíno, nº 421/ conjunto 401, bairro Centro, Porto Alegre/RS, neste ato representado por sua Presidente, **PROF.ª CARMEN ROSANE MASSON**, brasileira, profissional de Educação Física, inscrita no CREF sob o nº 0019-G/RS, portadora do R.G. nº 8006795151 e do CPF nº 264.605.130-15, eleita e empossada pela Ata de Posse da 159ª Reunião Plenária de 23 de outubro de 2015, e, de outro lado, a **empresa _____** inscrita no CNPJ sob o nº _____ estabelecida (inserir endereço completo), neste ato denominada CONTRATADA, representada por (inserir o cargo), senhor(a) (qualificação do signatário do Contrato), portador da Cédula de Identidade nº _____ e CPF(MF) nº _____ de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por _____ (inserir qual dos instrumentos: procuração/Contrato social/estatuto social) resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, Decretos nº 5.450/05 e nº 6.204/2007 e demais legislação aplicada à matéria bem como pela Resolução nº 23.234, de 25 de março de 2010 do TSE, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2017 e Processo Administrativo de Compra nº 2017/000014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a Prestação de serviços de seguro, com franquias, para os bens patrimoniais imóveis do CREF2/RS localizados em Porto Alegre, que são os 03 (três) prédios sede, conforme segue:

1.1.1 SEDE 01:

- Incêndio, raio, explosão ... R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais)
- Danos elétricos ... R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)
- Vidros/anúncios/letreiros/antenas/espelhos/mármoreos ... R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
- Responsabilidade civil operações ... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Roubo e/ou furto qualificado de bens ... R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
- Despesas e/ou perda de aluguel ... R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
- Despesas com recomposição de registros e documentos ... R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
- Despesas fixas básicas... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

1.1.2 SEDE 02:

- Incêndio, raio, explosão ... R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Responsabilidade civil operações ... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Despesas e/ou perda de aluguel ... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Despesas com recomposição de registros e documentos ... R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

1.1.3 SEDE 03:

- Incêndio, raio, explosão ... R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
- Responsabilidade civil operações ... R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
- Responsabilidade civil empregador ... R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
- Vendaval, fumaça... R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
- Despesas e/ou perda de aluguel ... R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
- Despesas com recomposição de registros e documentos ... R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor do presente Contrato é de R\$ ____ (), inclusos todas as despesas que resultem no custo da prestação dos serviços, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos e quaisquer outras despesas, que incidirem na prestação dos serviços, que incidirem na prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA deve:

3.1.1 Cumprir com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

3.1.2 Cumprir com todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

3.1.3 Cumprir com todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

3.1.4 Cumprir com todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

3.1.5 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nos itens anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

3.1.6 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do objeto.

3.1.7 Manter, durante execução do objeto, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CREF2/RS a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

3.1.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da Apólice;

3.1.9 Emitir Apólice com base nas informações do CONTRATANTE e entregá-la contendo todos os dados do serviço contratado, em até 20 (vinte) dias, a contar da assinatura do Contrato.

3.1.10 Cobrir os riscos derivados de incêndios, quedas de raios e suas consequências, explosão, danos elétricos e vendaval e demais riscos descritos no item 1.3;

3.1.11 Disponibilizar para o CONTRATANTE todos os meios de contato existentes, como nome da pessoa para contato, endereço, e-mail e telefone;

3.1.12 Prestar atendimento imediato no caso do sinistro;

3.1.13 Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro;

3.1.14 Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato (Apólice) dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do aviso de sinistro;

3.1.15 Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

3.1.16 Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;

3.1.17 Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais ao CONTRATANTE.

3.1.18 Responder pelos danos causados diretamente ao CREF2/RS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos serviços/produtos.

3.1.19 Fornecer o objeto conforme as especificações dispostas neste termo de Referência, sob pena de ser considerado incorreto.

3.1.20 Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, contado da solicitação do CREF2/RS, os serviços/produtos em que se verificarem incorreções.

3.1.21 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao CREF2/RS provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

3.3 São expressamente vedadas à CONTRATADA:

3.3.1 A veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização do CREF2/RS.

3.3.2 A subcontratação para a execução do objeto.

3.3.3 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CREF2/RS, ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, durante o período de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Ao CREF2/RS cabem os deveres de:

4.1.1 Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do contrato, inclusive permitir o livre acesso dos responsáveis da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, desde que devidamente credenciados e identificados.

4.1.2 Informar precisamente os dados para a emissão da apólice.

4.1.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

4.1.4 Nomear fiscal para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do objeto, atestando a execução do objeto do presente ajuste.

4.1.5 Aplicar as penalidades por descumprimento do contrato, caso ocorra.

4.1.6 Comunicar o sinistro à CONTRATADA dentro do prazo máximo de 24 horas.

4.1.7 Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro que a CONTRATADA julgar necessárias.

4.1.8 Registrar o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência para a Contratada.

4.1.9 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.

4.1.10 Solicitar o reparo ou a correção dos serviços em que se verificarem vícios ou incorreções.

4.1.11 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade verificada no fornecimento.

4.1.12 Efetuar o pagamento de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Contrato, após o recebimento definitivo do objeto e a apresentação da documentação exigida no ato convocatório.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

5.1. A CONTRATADA enviará à CONTRATANTE a nota fiscal, contendo a discriminação dos valores dos impostos e contribuições a serem retidos, bem como documento bancário (ficha de compensação ou conta para depósito) contendo o preço a ser pago pelo serviço, sem acréscimo da taxa de cobrança bancária, com vencimento para 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3 A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5.4 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.5 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PRAZOS PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE

6.1. A apólice deverá ser emitida em até 20 (vinte) dias úteis, a contar da assinatura do contrato pela Contratada.

6.1.1. Os bens deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde a data da assinatura do contrato pela Contratada, ainda que não emitida a apólice, devendo a Contratada fornecer os dados

necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro entre a data da assinatura do contrato e a emissão da apólice do seguro.

6.2. O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos 6.2.2.1.01.01.068 SEGURO DE BENS MÓVEIS.

7.2. Para cobertura das despesas relativas ao presente Contrato, foi emitida a Nota de Empenho nº _____, à conta da dotação especificada nesta Cláusula.

CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentação de documentação falsa.
- b) Retardamento da execução do objeto.
- c) Falha na execução do Contrato.
- d) Fraude na execução do Contrato.
- e) Comportamento inidôneo.
- f) Declaração falsa.
- g) Fraude fiscal.

8.2 Para os fins do item “e”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

8.3 Para condutas descritas nos itens “a”, “d”, “e”, “f” e “g” serão aplicadas multa de no máximo 30% do valor do empenho.

8.4 Para os fins dos itens b e c será aplicada multa nas seguintes condições:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do empenho por dia de atraso na entrega, até no máximo de 15% (quinze por cento), o que configurará a inexecução total do Contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

a.1) caso o atraso previsto no item 14.4.1 seja motivado pela entrega de produtos em desconformidade com as especificações deste Edital ou com a amostra aprovada, somar-se-á àquela multa o valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do empenho.

b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial do Contrato ou de descumprimento de obrigação contratual.

c) 30% (trinta por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total do Contrato.

8.5 Após o trigésimo dia de atraso, o CREF2/RS poderá rescindir a aquisição, caracterizando-se a inexecução total do objeto.

8.6 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

8.7 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CREF2/RS, a CONTRATADA será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

9.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, observado o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, mediante notificação escrita, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com aviso de recebimento – AR, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

10.1. Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2 De acordo com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, o prazo previsto neste item poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Aplica-se a este Contrato o regime jurídico dos Contratos administrativos instituído pela Lei nº 8.666/1993 especificamente ao disposto no artigo 58.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 4 (quatro) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Porto Alegre, de de 2017.

CREF2/RS
Carmen Rosane Masson
Presidente CREF2/RS

Empresa Contratada
Nome do Representante Legal
Representante Legal

Testemunhas: